

# Mudam-se os tempos, mudam-se os modos de pensar? (Des)continuidades nas reflexões sobre o trabalho em Moçambique

João Feijó

## Introdução

Nos finais do séc. XIX, Karl Marx ficou conhecido pela sua perspectiva de análise que compreendia o Homem a partir das suas condições materiais de existência. Para Marx, o pensamento e o mundo das ideias constituíam o resultado da realidade empírica envolvente ao sujeito, nomeadamente dos modos de produção predominantes. Na sua perspectiva, as mudanças dos modos de produção e as consequentes alternâncias dos grupos dominantes conduziam a alterações nos modos de vida e nas formas de representação social. Para o autor, a classe que dispõe dos meios para produção material dispõe, por inerência, dos meios para a produção espiritual, pelo que “*as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes*” (Marx & Engels, 2001: xxxii).

Este texto tem como principal objectivo a análise da evolução das representações sociais sobre o trabalho. Trata-se de compreender que imagens sociais foram construídas, ao longo da história recente de Moçambique, em torno das relações de trabalho, das iniciativas empresariais, dos processos de acumulação ou da produtividade laboral. Na prossecução deste objectivo e não deixando de se admitir a existência de vários subperíodos, foram definidos três espaços temporais distintos: o período colonial, compreendido neste texto entre a conferência de Berlim e a independência de Moçambique; o período pós-independência, até à introdução dos Planos de Reajustamento Estrutural (PRE); e o período neoliberal, nomeadamente do PRE até à actualidade. Trata-se de períodos político-económicos específicos que, por esse motivo, não deixaram de ser produtores de dinâmicas de pensamento distintas – em função dos interesses dos (novos) grupos dominantes –, ainda que frequentemente em continuidade.

## O período colonial

A partir de finais do século XIX, a intensificação da penetração colonial pela África Austral traduziu-se na implementação de um conjunto de grandes projectos

extractivos, ferro-portuários, rodoviários, de plantação, assim como de construção de residências e instalações administrativas. Se nos contextos europeus, os fenómenos de rápido crescimento demográfico geraram intensas migrações de populações rurais excedentárias para grandes centros urbano-industriais, onde espontaneamente se assalariavam, nos espaços africanos as dinâmicas foram distintas. Por um lado, a densidade populacional era comparativamente menor à das áreas europeias e a mão-de-obra insuficiente para a implementação de grandes projectos, num contexto de reduzida mecanização. A escassez de trabalhadores disponíveis constituiu, para as autoridades coloniais, uma forte preocupação.<sup>1</sup> Neste cenário, o processo de integração das populações no mercado capitalista foi realizado de forma coerciva – nomeadamente através do trabalho forçado ou de culturas obrigatórias e da introdução do imposto da palhota – complementada com a dinamização do pequeno comércio rural.

Instituído nos finais do séc. XIX, pago primeiro em espécie e posteriormente em valor monetário, os objectivos do imposto da palhota iam para além do financiamento do orçamento provincial (Head, 1980: 57). Despertando nas populações a necessidade de valores monetários para pagamento de imposto, forçava-se o assalariamento e desviava-se parcialmente os pequenos produtores de formas pré-capitalistas de organização económica, aprofundando-se a integração do campesinato nos mercados. Na falta de dinheiro para pagamento do imposto, a Lei previa o recrutamento para obras públicas e plantações, até o valor do respectivo salário repor o valor em dívida e respectiva multa, garantindo-se desta forma a produção da mão-de-obra necessária para os projectos coloniais. O gradual aumento do *mussoco* teve como impacto o sucessivo aumento do tempo despendido no trabalho assalariado ou na produção de mercadorias (Serra, 1980: 38).

A integração das populações numa economia de mercado processou-se, também, através da introdução de culturas obrigatórias, particularmente do algodão, essencialmente com o objectivo de expandir as áreas de cultivo (em função de interesses metropolitanos), de efectivar a respectiva produção e de alargar o número de horas dedicadas pelos camponeses à agricultura (Isaacman, 1991: 204). Em finais da década de 1930, a Junta de Exportação de Algodão Colonial recebeu poderes para intervir no momento da produção, passando a definir zonas de produção compulsiva, datas obrigatórias em que a população tinha que semear, ressemeiar e colher a sua cultura algodoeira, assim como o número de vezes que os campos tinham de ser sachados (Isaacman, 1991: 201). A produção tinha de ser racionalizada e o processo de trabalho camponês controlado com maior eficácia, o que significava definir com precisão a

---

1 No seu relatório de 1907-9, o Governador colonial de Quelimane (cf Serra, 1980: 46) escrevia que existiam duas necessidades vitais na agricultura da Zambézia: salários baixos e braços abundantes, dado que “*em muitas cousas não há, por enquanto, maneira de os substituir por machinismos*”. Num contexto de reduzida mecanização e de reduzida utilização de gado (em virtude da respectiva infecção pela mosca Tsé Tsé), recorria-se à força manual para a lavoura, debulhação e moagem. O algodão era descaroçado e o transporte dentro da exploração agrícola era feito com o emprego de energia humana (Serra, 1980: 49).

composição e a organização da força de trabalho, reestruturar o dia e o espaço de trabalho do camponês,<sup>2</sup> assim como impor as suas obrigações laborais (Isaacman, 1991: 206).

Após a Segunda Guerra Mundial, assiste-se a um aumento do investimento, particularmente através da introdução de plantações de chá, de arroz e de sisal, assim como de infra-estruturas económicas, num cenário de reduzida mecanização e de ausência de capitais para o desenvolvimento. Diversas zonas geográficas de Moçambique foram apanhadas numa encruzilhada de forte procura de mão-de-obra para projectos coloniais. Incapazes de competir com os grandes capitalistas das colónias vizinhas – particularmente do capital mineiro sul-africano ou de plantação zimbabwiano – as companhias coloniais em Moçambique viam-se obrigadas a pagar salários comparativamente inferiores. Atraídos por melhores condições contratuais e oportunidades de consumo, e pretendendo escapar ao pagamento do imposto da palhota, uma importante fatia da população emigrou para as colónias vizinhas, agravando o problema de falta de mão-de-obra, entretanto cada vez mais envolvida em culturas obrigatórias.<sup>3</sup> Neste contexto, a materialização dos planos económicos coloniais sem aumento dos custos salariais exigia um maior rigor no sistema laboral, pelo que as autoridades coloniais se viram obrigadas à utilização de métodos compulsivos de recrutamento, através da instituição do regime jurídico do indígena e da implementação de um regime de trabalho obrigatório, vulgarmente designado de *chibalo*.<sup>4</sup>

A partir da década de 1960, a contestação interna e externa e as dinâmicas do próprio capital provocaram transformações reais ao nível das relações sociais e de produção. Em 1961, foi revogado o Regime Jurídico do Indigenato e acabaram as culturas obrigatórias. Paralelamente, o processo de industrialização – que respondia a um pequeno mercado provocado pela imigração de colonos<sup>5</sup> –, o crescimento económico e a conseqüente exigência de trabalhadores mais qualificados impulsionaram o desmantelamento de um

2 Se o Sul do país era visto como uma reserva de trabalho para as minas da África do Sul, o Norte era então representado como uma grande reserva da força de trabalho improdutivo. Neste cenário, o número de camponeses do Norte de Moçambique incorporados neste sistema de produção de algodão aumentou de 80.000, em 1937, para 345.000 em 1940, e para 645.000 em 1941 (Isaacman, 1991: 205).

3 Como explica Hedges (1999: 95), a produção forçada de algodão e do arroz levou a que muitos indivíduos deixassem de ter interesse em serem trabalhadores sazonais nas plantações, apercebendo-se que o cultivo do algodão em áreas de solos apropriados poderia constituir uma opção comparativamente mais lucrativa.

4 De facto, foi neste contexto de crise de mão-de-obra que o Governador-Geral Bettencourt emitiu a circular 818/D7 de 7 de Outubro de 1942, através da qual todos os homens que não pudessem provar o seu trabalho por conta de outrem poderiam ser capturados pelo chefe de posto, concentrados nas sedes e recrutados pelas plantações ou em obras públicas, por período não superior a seis meses. Os funcionários administrativos portugueses eram auxiliados por uma hierarquia de chefes de povoação, que estavam isentos de imposto e de realização de trabalho forçado, recebendo uma ajuda no recenseamento e colecta de impostos e mobilização de mão-de-obra. Através destes processos, a Administração colonial adquiriu controlo sobre a principal mercadoria de Moçambique: a sua mão-de-obra (Head, 1980: 57; Vail & White, 1980: 293).

5 Como explica Wuyts (1980: 19), o lento desenvolvimento da indústria metropolitana era incapaz de absorver uma mão-de-obra excedentária rural, que tendia a migrar para alguns países da Europa Ocidental e da América Latina. Neste cenário, o regime colonial empenhou-se activamente a canalizar o fluxo de emigrantes para as colónias, de forma a mantê-los dentro da jurisdição de Portugal e disponíveis para o serviço militar. Por outro lado, permitia a criação de uma pequena burguesia colonial, portanto com características mais conservadoras, materializando desta forma, perante a comunidade internacional, o conceito político de províncias ultramarinas.

sistema socioeconómico assente no trabalho obrigatório, não qualificado e barato (que já não servia os interesses capitalistas coloniais). Promove-se a formação das populações locais, com ênfase no ensino técnico e comercial. Por pressões do próprio mercado, “*o capital foi obrigado a modernizar-se*” (Wuyts, 1980: 11).

Por sua vez, a instituição de pequenas lojas e cantinas no meio rural tinha como objectivo estimular o comércio e extrair excedentes da economia “tradicional”, incentivando a procura de bens manufacturados (tecidos, vinho, bens alimentares processados, instrumentos de trabalho, bicicletas, rádios, entre outros), frequentemente através de troca directa e contribuindo para a integração das populações nos mercados.

Este contexto socioeconómico foi produtor de específicas formas de representar o trabalho, podendo-se destacar um conjunto de três características dominantes: a vulgarização da ideia de preguiça africana; a associação do trabalho à civilização; e o carácter racionalizador do processo produtivo.

Como se referiu, a penetração de grandes projectos coloniais foi acompanhada por reduzidos investimentos em mecanização, aumentando por isso a dependência em relação a grandes quantidades de mão-de-obra barata. Se nas zonas mais industrializadas europeias enormes contingentes de origem rural voluntariamente se assalariavam em rígidas condições laborais, no continente africano assistiu-se a um fenómeno distinto. Na verdade, as condições oferecidas aos trabalhadores competiam com os *modus vivendi* rurais. Na generalidade, o pequeno produtor rural tinha à sua disposição terras de sobra para prover o sustento da sua família e ainda um excedente, beneficiando da providência do seu grupo doméstico, pelo que não dispunha de fortes motivos para, espontaneamente, vender a sua força de trabalho (Serra, 1980: 50). Inclusivamente, os riscos inerentes ao trabalho nas grandes unidades produtivas (Darch, 1981: 89) ou o receio de doença e de morte nas zonas urbanas (Abudu, 1986: 34) não incentivavam ao assalariamento, sobretudo quando as condições contratuais oferecidas não conseguiam competir com as oferecidas nas colónias vizinhas.

É neste cenário socioeconómico que emergiu a representação social do africano preguiçoso, tão ou mais incidente quando se frustravam as expectativas coloniais de recrutamento de uma mão-de-obra barata para a execução dos projectos coloniais. Como mostra Henriques (2003: 130), a grande maioria dos textos europeus redigidos a partir de finais do séc. XIX e consagrados à análise das práticas sociais de populações africanas, sublinhavam a existência de maneiras locais de gerir o tempo que se chocavam com os interesses coloniais. Na descrição das atitudes das populações locais predominavam as ideias de preguiça, de falta de motivação e de aversão ao trabalho. Dos africanos dizia-se serem dados à música e à dança (Serra, 1997: 139), terem comportamentos lascivos (Noa, 2002: 316-326), com propensão para o alcoolismo e sem preocupações de poupança (Castelo, 2007: 269). Frequentemente, os discursos

dos administradores coloniais revelavam dificuldade em compreender a racionalidade económica local. A título de exemplo, face aos baixos rendimentos auferidos na cultura do algodão, muitos camponeses optaram por transferir a sua força de trabalho para a produção de culturas alimentares, tácticas interpretadas por administradores locais (cf Isaacman, 1991: 206) como um sinal da “*indolência dos pretos*”, “*da sua preguiça e má vontade*” ou da “*natureza anti-económica do camponês moçambicano*”. Outras vezes referia-se que o nativo prefere “*ficar em casa a dormir e a comer (...) forçando a sua mulher a cultivar os produtos de que precisa*” (cf Vail & White, 1980: 303).

Ainda que em traços gerais o sistema de representações sociais se tivesse mantido, com o início da luta de libertação e a necessidade de conquistar as populações locais tornou-se necessário reciclar os velhos estereótipos sobre as populações africanas. Nos discursos das autoridades políticas, na imprensa ou na rádio, os antigos defeitos foram minimizados e a preguiça passou a ser atribuída ao clima.<sup>6</sup>

Com vista à concretização de projectos capitalistas e de forma a combater a indolência africana impunha-se a racionalização dos processos laborais. De facto, a partir da década de 1940, a efectivação da administração colonial é acompanhada por uma maior capacidade de controlo burocrático. Auxiliados por uma hierarquia de chefes de povoação, sipaios e capatazes, os funcionários administrativos portugueses desencadeiam um conjunto de censos populacionais, procurando inventariar a força de trabalho, os níveis de produção e hábitos alimentares e, com menor frequência, realizam-se análises antropométricas das populações locais.<sup>7</sup> Criam-se cadernetas de trabalho e a obrigatoriedade de uso do passe<sup>8</sup> e inventariam-se as populações aptas, empregues e disponíveis para contratação, em função das necessidades das companhias (Vail & White, 1980: 305). Entra-se no campo da gestão da tarefa e dos corpos para trabalho braçal (Serra, 1995). A partir da década de 1960, face ao grande descontentamento local, ao aumento das críticas internacionais e ao surgimento de movimentos nacionalistas, assiste-se a uma reciclagem dos discursos. Começam a surgir vozes governamentais que apelavam para a mecanização dos processos de produção, para o abandono da prática de emprego de mão-de-obra excedentária (para cobrir o absentismo e assegurar a permanência de um grande número de trabalhadores), tendo-se exercido pressões sobre a administração das plantações para melhoria da

6 De qualquer das formas, apesar da retórica sobre a missão civilizadora portuguesa, “*subsistia um certo cepticismo perante a possibilidade de os africanos evoluírem em termos culturais*” (Castelo, 2007: 274-275). Como referia Marcelo Caetano (citado por Ferreira, 1974: 11), Primeiro-Ministro português entre 1968 e 1974, “*os negros em África têm que ser dirigidos e organizados pelos europeus, mas são indispensáveis como auxiliares [e] têm que ser vistos como elementos produtivos organizados ou a serem organizados numa economia dirigida por brancos*”.

7 Os povos colonizados eram pesados, medidos e estudados do ponto de vista das suas características físicas, realizando-se milhares de fichas antropológicas, com informações sobre as características dos povos locais, ainda que não se possa afirmar que os dados dos antropólogos tenham chegado a servir de base a políticas concretas (Thomaz, 2002).

8 O documento registava a data do último pagamento de imposto e a data do último contrato. Sem um passe válido e autorização das autoridades, os homens não podiam abandonar as suas áreas residenciais. Não obstante o processo de fuga se tenha mantido frequente, apertava-se o controlo sobre a mobilidade das populações, a colecta dos impostos e o recrutamento de mão-de-obra (Head, 1980: 56).

alimentação, alojamento dos trabalhadores migrantes, assistência sanitária e condições salariais (Head, 1980: 69-70; Vail & White, 1980).

O terceiro aspecto que se pretende salientar prende-se com a associação do trabalho à ideia de civilização. No pensamento etnocêntrico e racista da época, a preguiça africana seria corrigida pela acção colonial portuguesa que, moldada por uma conduta paternalista e cristã, conduziria à assimilação das populações locais a uma cultura de trabalho europeia (Rosas, 2001: 1034). Os próprios missionários católicos e protestantes procuravam inculcar a ética do trabalho entre os recém-convertidos reiterando, por exemplo, a mensagem de necessidade de produção de algodão dos seus púlpitos<sup>9</sup> (Issacman, 1991: 205). O trabalho era visto como algo “*correccional*”, particularmente aplicável a quem promovesse a indisciplina, andasse alcoolizado, desobedecesse a ordens do patrão, não trabalhasse arduamente ou abandonasse o trabalho sem autorização (Head, 1980: 56). Através da educação e da formação profissional pretendia-se fomentar nas populações locais o gosto pelos trabalhos manuais e agrícolas, de forma a evitar a ociosidade e a vadiagem.

Se no campo dos discursos políticos, as ideias dominantes traduziam os projectos económicos e os preconceitos da época, ao nível da produção científica o conhecimento era limitado por dois importantes aspectos: pela reduzida capacidade de investigação e pela colocação da mesma ao serviço dos interesses coloniais.

De facto, a partir do século XVIII, Portugal havia perdido o protagonismo entre as potências coloniais, nomeadamente Inglaterra e França, com reflexos negativos sobre o conhecimento e domínio dos territórios coloniais. Os portugueses dispunham então de poucos meios para promover e difundir as suas investigações científicas. As poucas instituições de pesquisa existentes<sup>10</sup> foram criadas num contexto europeu nacionalista, marcado por uma competição desenfreada pela detenção de colónias africanas, o que naturalmente marcou as suas lógicas de funcionamento institucional.

Por outro lado, ao longo do Estado Novo, Portugal e as suas colónias viveram um regime fascista e autoritário, que se traduziu na censura das publicações, no controle das instituições e na criação e fortalecimento da polícia política (Rosas 1986; 1994), com reflexos sobre a análise científica. Só a partir de meados da década de 1960 se instituiu uma universidade em Moçambique, onde se vêem a abrir cursos de história,

9 Como refere Isaacman (1991: 205), muitos não viam contradição entre evangelizar e forçar os estudantes e outras populações a trabalharem nos campos de algodão pertencentes à Igreja.

10 Em 1875, aquando da fundação da sociedade de Geografia de Lisboa, já existiam cerca de quarenta instituições do mesmo tipo no resto da Europa (Thomaz, 2002: 97). O historiador René Pélissier (1986: 93) faz referência, na metrópole do século XX, às seguintes instituições direccionadas à produção de conhecimento colonial: a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Junta de Investigações Científicas do Ultramar, fundada em 1883, o Instituto de Medicina Tropical, e as próprias faculdades de Medicina de Lisboa e do Porto, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (reformulação da Escola Superior Colonial); o Museu de Etnologia do Ultramar, a Missão de Pesquisas Agrónomas, ou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Estas instituições tinham como objectivo a formação de um “*alto saber colonial*”, bem como a formação de burocratas capazes de servir o Império. Realizaram-se congressos coloniais, que contaram com a participação de indivíduos provenientes dos mais diferentes campos do saber, entre médicos, antropólogos, historiadores, missionários, militares, políticos ou administradores (Thomaz, 2002: 87).

economia ou geografia. De qualquer das formas, os *curricula* do ensino superior, as linhas de pesquisa e o conteúdo das publicações estavam direccionados para servir os interesses do colonialismo português (Silva, 2002: 77). Tal como noutros países europeus, a produção científica (muitas vezes financiada pelas administrações coloniais) agiu mais no apoio ideológico,<sup>11</sup> do que propriamente na compreensão académica dos fenómenos (Leclerc, 1972; Copans, 1975). Colonizar significava essencialmente o domínio de recursos físicos e humanos, assim como dos discursos e das formas de pensamento, disseminando uma forma específica de reflectir ou representar os indivíduos e territórios subjugados, de acordo com os interesses do poder dominante (Thomaz, 2002: 83). Saber, a dominação e exploração colonial estiveram estreitamente associados. Num cenário de influência do apartheid, até à década de 1970 não foram praticamente produzidas análises de cariz marxista nesta região da África Austral, tendo os estudos africanos sido dominados pelo que se designou de “*liberalismo do Cabo*” (Darch, 1981: 82), assentando numa problemática funcionalista.<sup>12</sup>

## O período pós-independência

Após a independência de Moçambique, e na sequência da experiência na luta armada, o novo discurso político passa a enfatizar a temática da “*exploração colonial*” e da necessidade de “*libertação do Homem e da terra*”. Num contexto revolucionário e sob a preocupação de construção de uma unidade nacional, os discursos políticos polarizaram o contexto de luta em torno de dois grupos divergentes, estruturados num único pólo de contradição: colonizadores e colonizados ou exploradores e explorados. O Estado afirmou-se como motor da economia e, no seu terceiro congresso, a Frelimo definiu formalmente uma orientação marxista-leninista. As Directivas Económicas e Sociais do Terceiro Congresso (cf Wuyts, 1981: 33) salientavam que o desenvolvimento do sector Estatal iria constituir a base da formação de uma classe operária forte, que “*deverá assumir um elevado nível de consciência de classe e de organização, de modo a*

11 Comprometidos com a ideologia imperial da época e envolvidos no processo de legitimação da acção colonial, os trabalhos vinculados à Escola Superior Colonial – particularmente de Mendes Corrêa ou Jorge Dias, entre outros profissionais –, procuraram analisar o que se designava de mística ou vocação colonial (Castelo, 1998: 45; Thomaz, 2002: 111-112), fornecendo uma visão messiânica à missão portuguesa no Mundo, que a particularizava relativamente às demais acções colonizadoras. Já a partir das décadas de 1950 e 1960, os trabalhos do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre vieram reforçar aquilo que designou de especificidade portuguesa de estar no Mundo. De acordo com Freyre (2010: 269), contrariamente a outros colonos europeus, a situação de pobreza do colono português obrigava-o a manter o trabalho árduo, lado a lado com o nativo. Por sua vez, a sua conduta cristã tornava-o menos etnocêntrico, adoptando uma atitude missionária, humanitária e civilizacional (Freyre, 2010: 247), de extensão dos avanços da ciência e da melhoria da qualidade de vida dos colonizados.

12 Em inícios da década de 1960, num debate entre o antropólogo americano Marvin Harris e o administrador-etnógrafo português António Rita Ferreira, nas páginas da revista britânica *Africa*, Harris denunciava a violência do sistema de trabalho forçado, argumentando que a migração para as minas representava uma fuga à coerção colonial. Por sua vez, Rita-Ferreira minimizava o contexto opressivo colonial, argumentando que os mineiros moçambicanos realizavam opções meramente económicas, optando pelas situações salarialmente mais compensatórias, tal como também acontecia no continente americano.

*desempenhar um crescente papel de direcção*". As unidades de produção abandonadas pelos anteriores proprietários foram nacionalizadas. De uma forma geral, as grandes machambas foram transformadas em empresas estatais e, as mais pequenas, em cooperativas.

No plano político, o apoio prestado pelo Estado moçambicano ao ANC constituiu uma clara ameaça para o regime sul-africano que, em reacção, procurou enfraquecer economicamente o novo estado independente, retirando partido da situação de dependência. Em 1975, a África do Sul reduziu drasticamente o recrutamento anual de mineiros em Moçambique (First, 1998: 51-52; Newitt, 1997: 431), com consequências sobre o desemprego, já de si agravado com o encerramento de inúmeras unidades económicas resultantes da partida de colonos. Neste cenário, para a Frelimo, a migração do campo para cidade constituía um fenómeno que colocava problemas para o desenvolvimento e para um moderno modelo de organização. Com vista a reduzir a migração para as cidades e a atenuar o problema do desemprego, em 1979 introduziu-se a obrigatoriedade da guia de marcha nas cidades do país, passaporte interno necessário para se deslocar, nas cidades e no campo (Quembo, 2012: 78). Em 1983, com a Operação Produção, identificaram-se e deportaram-se para remotas zonas rurais os considerados "*improdutivos*" que, na prática, constituíam todos aqueles que não conseguissem provar que trabalhavam por conta de outrem, incluindo trabalhadores de actividades informais.<sup>13</sup> Sob um ideal de Homem Novo, imaginado a partir da experiência da Frelimo nas zonas libertadas, representava-se o desemprego como o resultado da preguiça ou de falta de vontade (Quembo, 2012: 67).

Através da figura Xiconhoca<sup>14</sup> (Figura 1) condenava-se activamente o absentismo, os atrasos, a desobediência, a bebedeira, o desleixo e sonolência no trabalho ou a falta de apuro na apresentação pessoal.<sup>15</sup> Apelando-se à organização laboral, "*produzir é [considerado] um acto de militância*" (Machel, 1976b: 5, 8) e a produtividade "*um termómetro da consciência política*". As reivindicações de aumento de salário num cenário de baixa produtividade eram vistas como um atentado à economia (Samora, 1976b: 17). Se a produção no período capitalista colonial era representada como

13 A Operação Produção saldou-se no envio forçado para campos de trabalho de entre 50.000 a 100.000 pessoas, sobretudo oriundas das cidades moçambicanas, entre as quais pelo menos 30.000 de Maputo (Vines, 1991: 101). Trata-se de um projecto de engenharia social adoptado noutros países da região (Quembo, 2017: 66-67), nomeadamente no Zimbabwe (através da "*Operação Clean Up*" de 1983 e da "*Operação Murambatswina*" em 2005), no Malawi (através da "*Operação Dongosolo*" em 2005) e na Tanzânia (com a operação "*Nguvu Kazi*").

14 Em 1976, o Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo iniciou a publicação de uma série de *cartoons* retratando o que se designou de "*inimigo interno*", com o objectivo de facilitar a sua identificação e combate. Aparecendo regularmente em *posters*, revistas, livros escolares e jornais, Xiconhoca tornou-se conhecido como o modelo do papel negativo de quem promove, entre outros aspectos, a "*exploração parasita*". Xiconhoca apresentava desmazelo (barba por fazer, calçando chinelos, usando camisa desalinhada), exibia os seus vícios (de fumar e beber) e desleixo profissional, comportamentos antagónicos ao "*Homem Novo*", preconizado pelo "*partido de vanguarda*".

15 Neste aspecto, Samora Machel (1976b: 16) era particularmente incisivo: "*vão ao serviço sujos, alguns nem lavam a cara, as suas caras são lugares onde poeiras as moscas, porque têm remelas nos olhos e assim em vez de trabalharem passam o tempo a sacudir as moscas, o cabelo desgrenhado e cheio de fios de manta, como é que um trabalhador destes pode cuidar da máquina se nem sequer de si cuida?*". Os quadros directivos da empresa não escapavam às críticas: "*visitámos algumas empresas e o que é que nós vimos nos escritórios dos responsáveis da empresa: papéis desarrumados por todo o lado, chapéu em cima da mesa, casaco mal pendurado, etc.*".



assentando em relações de exploração, no período revolucionário era considerada como uma forma de construção e libertação do Homem Novo<sup>16</sup> (Machel, 1976a: 6).

**Figura 1:** Xiconhoca



Fonre: FRELIMO (1979)

Diversos elementos que estiveram na base destes fenómenos sociais apareceram em continuidade com algumas práticas do período colonial. As novas empresas agrícolas estatais herdaram um sistema de plantação fortemente dependente do emprego de mão-de-obra sazonal (frequentemente forçada), sendo que não deixaram de continuar a recorrer a práticas de recrutamento compulsivo de trabalhadores rurais

16 Em cenários revolucionários e de incerteza política, a idealização de um Homem Novo procura traduzir o cidadão (re) educado de acordo com os novos valores, preconizados pelo emergente grupo dominante, politicamente mobilizado e capaz de concretizar os novos projectos. Trata-se de alguém expurgado dos “vícios” do regime anterior, frequentemente designado de “decadente”, cujo modelo de conduta se apresenta como exemplar, como a sinalética para o caminho idealizado. O Homem Novo é frequentemente idealizado à semelhança da experiência dos heróis revolucionários, politicamente (re) construída e mitificada, onde aqueles são imunizados dos vícios terrenos, num processo bastante moralizado. O Homem Novo representa a antítese do inimigo do povo, por sua vez personificando todos os vícios a combater, assim como o bode expiatório dos problemas sociais. O Homem Novo e o inimigo do povo constituem as duas faces de uma mesma moeda, as duas sinaléticas que clarificam o caminho revolucionário a seguir. Construindo-se mutuamente, um não existe sem o outro. Sobre o assunto veja Feijó (2016) “(Re)inventando o inimigo do povo – a importância da realidade oculta no pensamento ideológico” in Carlos Serra (Org) *O que é Ideologia?* Maputo: Escolar Editora, pp. 95-117.

(CEA, 1983b; Wuyts, 1981: 41). Da mesma forma, o modelo colonial de gestão da mobilidade populacional e de organização das cidades continha aspectos presentes na guia de marcha<sup>17</sup> ou nos objectivos da Operação Produção. Por sua vez, a representação colonial do indígena preguiçoso, que deveria ser corrigido através do recrutamento forçado, manteve alguma continuidade nas noções de “*improdutivo*” ou de “*parasita urbano*” e de visões modernas<sup>18</sup> e puritanas (inspiradas quer nas anteriores missões cristãs,<sup>19</sup> quer na experiência militar da Frelimo), que estiveram na base dos processos de deportação forçada. O “*desemprego*” era visto como uma opção, resultante da falta de vontade de trabalhar, pelo que os desempregados, vistos como “*preguiçosos*”, tinham de ser obrigados a “*produzir*”, para o bem da sociedade (Quembo, 2017: 50). A Operação Produção e a projecção de construção de cidades no campo (como em Unango, no Niassa) não deixaram de apresentar continuidade com os projectos de constituição de colonatos no planalto da província de Niassa (Quembo, 2012: 72).

Num cenário revolucionário, em que se procuraram alterar os modos de produção, torna-se compreensível que, ao nível do ensino e da investigação, se tenham simultaneamente alterado as formas de analisar o fenómeno trabalho. Criado em 1976, sob a direcção de Aquino de Bragança e com a coordenação executiva de Ruth First, a acção do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane exerceu um papel inovador ao nível das ciências sociais, tendo atraído um conjunto de investigadores internacionais (entre os quais vários sul-africanos pertencentes ao ANC), atraídos pelos objectivos de pesquisa assim como pelas metodologias de análise. No CEA, assiste-se a um conjunto de alterações paradigmáticas, onde se destacam a importância conferida à exploração capitalista e colonial; à temática da luta de classes e de resistência ao capitalismo colonial; à organização do trabalho nas empresas Estatais e cooperativas; assistindo-se a diversas inovações ao nível das abordagens metodológicas.

Com a criação do Centro de Estudos Africanos, diversas questões relacionadas com o trabalho passaram a ser entendidas dentro de um problema mais vasto, relacionado com as formas de acumulação capitalista. As abordagens do CEA conferiram um especial enfoque à economia política da África Austral, que passou a ser teorizada em termos de luta de classes, destacando-se a unidade existente entre capitalismo e *apartheid* (Darch, 1981: 81). Como explicava Darch (1981: 81) não se tratava de uma luta simplesmente académica. Era essencialmente uma luta pelo conhecimento científico.

17 Em 1986, quando a Renamo ampliou as suas operações em Nampula, o Governador da província sugeriu a introdução do sistema de caderneta, como o da época do trabalho forçado (O’Laughlin, 2016: 242).

18 Tal como no código do trabalho indígena, também na ideologia modernista da Frelimo, apenas era considerado moderno o trabalho formal, qualificado e inserido na visão do sistema económico e social vigente. Designados de “*candongueiros*”, os que estavam no sector informal não eram considerados trabalhadores ou “*produtores*” e deviam assim ser conduzidos ao campo para se dedicarem a uma “*actividade produtiva*” (Quembo, 2017: 50).

19 Como explica Quembo (2017: 66), grande parte destes dirigentes são contemporâneos de experiências coloniais nas cidades como o cartão de trabalho ou rusgas por bairros suburbanos: “*eles são ‘crioulos’, antigos assimilados, a elite, e olham para o seu ‘povo’ com o mesmo receio do colonizador, sem muita simpatia para os costumes e crenças chamadas ‘tradicionais’ que foram designadas de obscurantismo*”. Apesar do seu discurso de ruptura, assistia-se a uma continuidade com as práticas coloniais.

Quer as análises do trabalho nas plantações na província da Zambézia (Head, 1980; Serra, 1980), quer das migrações de mineiros moçambicanos para a África do Sul<sup>20</sup> (CEA, 1998; Brito, 1980) destacaram a importância da mão-de-obra barata para os interesses capitalistas, mostrando a forma como os modos de produção pré-capitalistas subsidiaram a acumulação de capital<sup>21</sup> (Serra, 1980: 49), num contexto de “*renting state*” (CEA, 1998) ou de “*capitalismo parasitário*”<sup>22</sup> (Serra, 1980: 50).

As publicações do CEA mostraram que a agricultura dos colonos dependia de uma mão-de-obra assalariada barata, que era garantida através de trabalho forçado, ou através de um padrão altamente sazonal de absorção do trabalho (Wuyts, 1981: 40), a um preço inferior ao da sua reprodução, permitindo desta forma a acumulação capitalista (Head, 1980; Serra, 1980; Wuyts, 1981: 40). No caso do Sul de Moçambique, salienta-se que a forma de proletarização externa teve impactos na natureza da agricultura capitalista que se manteve, em grande medida, de pequena escala e dependente de uma força de trabalho instável e sazonal, com consequências no processo de formação de classes, já que não surgiu um proletariado rural monetariamente dependente do trabalho assalariado na agricultura.

Subjacente a diversas análises residia a premissa que estas questões só poderiam ser devidamente compreendidas se fossem firmemente colocadas dentro de uma problemática histórica marxista. Os estudos destacavam os baixos salários e o carácter explorador do trabalho, as duras e inseguras condições laborais, quer nas minas<sup>23</sup> (Darch, 1981: 89-90), quer nas plantações moçambicanas<sup>24</sup> (Head, 1980: 59-65), quer no porto de Lourenço Marques (José, 1987: 147). Os trabalhos denunciavam um conjunto de práticas brutais marcadas pela violência – ao nível do recrutamento (Head 1980; Vail & White, 1980: 309), do recurso à palmatória como castigo (Penvenne, 1993) e de fenómenos de discriminação racial (Penvenne, 1993; Tulner,

---

20 Os estudos do CEA versaram sobre as origens históricas do sistema de trabalho migratório, as políticas do Estado Sul-Africano em relação às economias dos países fornecedores, aos acordos internacionais, analisando o trabalho migratório no vasto e complexo contexto de dependência regional. O CEA procurava defender que o sistema de trabalho migratório constituía um aspecto fundamental do capitalismo sul-africano, estando de tal forma associados, que um não podia ser compreendido sem o outro (CEA, 1998; Brito, 1980; Darch, 1981: 81).

21 Como explica Serra (1980: 49-50), ao capitalista, convinha que a família camponesa não fosse destruída ou afastada. Manter as unidades produtivas familiares equivalia para as companhias e arrendatários custear apenas os dias estritos de trabalho, reenviando às comunidades de origem dos produtores a sua manutenção e a reprodução. Na verdade, o concessionário não pretendia a preservação em si da família camponesa, mas sim o aprovisionamento de mão-de-obra.

22 Alugando a mão-de-obra às minas sul-africanas, às companhias ou a arrendatários individuais e recebendo, regularmente, taxas e prémios, o Estado colonial acumulava sem intervir directamente na produção, servindo desta forma os interesses capitalistas das colónias vizinhas (Wuyts, 1980: 12; Serra, 1980: 41; CEA, 1998).

23 Contrariando os discursos corporativos publicados como o órgão oficial (*Mining Survey*) da Câmara das Minas Sul Africanas, que fala de mineiros que regressam a casa, cheios de alegria e bens de consumo, Darch (1981: 89-90) apresenta uma visão bem mais pessimista. O autor sintetiza diversas análises sobre as condições sanitárias e de trabalho nas minas sul-africanas, destacando as precárias condições de segurança física nas minas (entre 1936 e 1975 morreram mais de 28.000 mineiros africanos em consequência de acidentes, estimando-se em mais de um milhão os mineiros inválidos, durante o mesmo período, em resultado de acidentes. Os mineiros brancos também sofriam os mesmos acidentes, em duas vezes maior número do que os congéneres na Grã Bretanha ou nos Estados Unidos (Darch, 1981: 89). O autor (1981: 90) refere doenças pulmonares, nomeadamente tuberculose e doenças provocadas pela poeira.

24 Head (1980: 59-65) denuncia as condições de trabalho existentes na Sena Sugar Estates, particularmente as condições alimentares oferecidas aos trabalhadores, o carácter insuficientes e anti-higiénico do alojamento fornecido ou as longas horas de trabalho acima do estipulado por Lei.

1991: 53), ainda que conjugados com sistemas e práticas paternalistas de gestão (Vail & White, 1980: 346; Penvenne, 1993).

Tal como as relações de trabalho, também a política fiscal do Estado colonial, por intermédio do pagamento do imposto da palhota, passa a ser interpretado como “*a expressão da luta de classes, da luta entre o capitalista e o campesinato*” (Serra, 1980: 50).

Uma outra temática que emergiu na análise científica relacionou-se com a resistência dos trabalhadores à penetração capitalista e colonial. Penvenne (1993), José (1987: 152) ou Tulner (1991: 52), entre outros, debruçaram-se sobre a análise de movimentos grevistas, procurando aferir os motivos de protesto, assim como as respectivas reacções coloniais. Darch (1981: 91) abordou uma série de rebeliões nas minas sul-africanas, em 1972, descrevendo os alvos atacados pelos trabalhadores, nomeadamente os quadros e os informadores, assim como os blocos onde estavam instalados os serviços administrativos.

Já na linha de Scott<sup>25</sup> (1985) um outro tipo de abordagens das formas de resistência popular centra-se nas modalidades mais informais e passivas de protesto, em contextos opressivos e arriscados. Considerando a tensão existente entre a produção campesina e as necessidades de trabalho barato, Vail & White (1980: 160) interpretaram as situações de absentismo e de migração para zonas de menor controlo da administração (incluindo para as colónias vizinhas) como formas de contorno de situações desvantajosas. Diversos autores analisam canções de trabalho, quer ao longo do vale do Zambeze (Vail & White, 1980), quer nas minas sul-africanas (Manghezi, 1980), interpretando-as como formas passivas de protesto.

Subjacente a várias destas interpretações residia uma perspectiva de análise de classes marxista.<sup>26</sup> Darch (1981: 91) constatava que, aquando das rebeliões nas minas do Transval, a solidariedade entre mineiros sul-africanos e trabalhadores migrantes tornou-se mais evidente do que as rivalidades tribais,<sup>27</sup> procurando mostrar a natureza de luta e o nível de consciência daqueles que nela participaram.

25 Como demonstra Scott (1985), ao longo da história, a actividade política formal e organizada, mesmo que clandestina e revolucionária, foi, sobretudo, apanágio das classes médias e da *intelligentsia*. A maioria dos grupos subordinados raramente arriscou uma actividade política organizada, aberta e frontal. Ao invés de procurar alterar os sistemas sociais, estes grupos procuraram actuar dentro do sistema e retirar dele o mínimo de desvantagem, optando por estratégias menos arriscadas, como o arrastamento da produção através de ignorância fingida, da dissimulação e falso comprometimento, da sabotagem ou pequenos furtos ou mesmo da deserção. Trata-se de estratégias que requerem pouca coordenação ou planeamento, que implicam a existência de redes informais, ou a compreensão implícita, e que evitam formas de confrontação directa ou simbólica com a autoridade. Neste sentido, adopta-se um cuidadoso e calculista conformismo na vida pública, conjugado com formas silenciosas de protesto, relacionadas com a difamação e calúnias ou gestos e silêncios de desprezo.

26 A análise de classes a partir de uma perspectiva marxista é particularmente evidente em *A questão Rodesiana* (cf Fernandes, 2012: 119). De circulação restrita, neste documento procurava-se compreender o desenvolvimento das estruturas coloniais económicas da Rodésia, com o objectivo de distinguir as diferentes classes sociais e facções de classe que emergiram da base colonial. Pretendiam-se identificar as prováveis posições que as classes e facções de classe poderiam tomar naquela fase de luta do Zimbabwe, fazendo-se inferências sobre o seu papel revolucionário na fase de transição para a independência.

27 Os mineiros migrantes eram colocados em instalações para migrantes, denominadas *compounds*, segmentados de acordo com o grupo linguístico, portanto sem qualquer contacto com o contexto de uma luta social mais ampla.

Da mesma forma, nas suas análises a partir de entrevistas ou de canções de trabalho,<sup>28</sup> Manghezi (1980) demonstrou que os mineiros tinham noção do sistema de exploração existente.

A temática da resistência não deixou de ser influenciada ou de ser instrumentalizada para fins políticos. Num país multi-linguista, marcado pela diversidade cultural e de visões políticas, a exaltação de “*uma luta multi-secular*” contra um inimigo comum não deixava de ser politicamente útil, sobretudo nos períodos de crise económica ou de quebra de legitimidade dos grupos políticos dominantes.

Uma terceira temática introduzida relacionou-se com a análise das novas formas de organização do trabalho, nomeadamente nas empresas públicas agrícolas e cooperativas entretanto criadas (CEA, 1983a; CEA, 1983b). O CEA sempre procurou estar em consonância com o que eram as estratégias de desenvolvimento social e económico da Frelimo e do Estado, pelo que temas ligados à socialização do campo, trabalho migratório, desemprego, aldeias comunais ou desenvolvimento rural, entre outros, tornaram-se prioridades de pesquisa, uma vez que eram também as prioridades do Estado (Fernandes, 2012: 121).

De cariz mais aplicado, este tipo de abordagens não deixava de ter como objectivo a transformação do campo, de acordo com os ideais do partido no poder. Quer nas análises do CAIA quer das famílias camponesas de Angónia, os relatórios do CEA (1983a; 1983b) procuravam compreender a estrutura socio-histórica do distrito e a organização técnica e de classe, com vista a esclarecer os passos que levariam à transformação social sob moldes socialistas.<sup>29</sup> Num vocabulário por vezes mais estilizado, definiam-se as “*frentes de luta pela realização do papel dinamizador do sector estatal (...) e pela consolidação de modelos cooperativos*” (CEA, 1983b: 6). O Partido e as respectivas estruturas eram representados como a “*força de vanguarda*”, que iria dirigir e subordinar as forças populares aos interesses de uma “*aliança operário-camponesa*” (CEA, 1983b: 17).

Uma última característica que se pretende salientar relaciona-se com o alargamento das abordagens epistemológicas e metodológicas. A inspiração marxista de muitos dos intervenientes – que não deixou de ser geradora de polémicas, quer no contexto do

---

28 A ideia de Alpheus Manghezi gravar as canções de trabalho das mulheres camponesas em Inhambane começou por ser afastada por Ruth First (coordenadora da pesquisa), alegando que não seria relevante. Perante a sua insistência, Manghezi foi autorizado a recolher os dados, adiando-se a decisão final de se incluir essa informação: “*bastou à Ruth uma fita, uma cantiga, para decidir, sem margem para dúvidas, que aquilo era um instrumento extremamente útil. A partir daí, o Alpheus não fez mais nenhuma pesquisa sem recolher uma boa colheita de canções*” (Manghezi, 2007: 138).

29 Os estudos mostram o impacto exercido, a nível local, pela colectivação dos meios de produção e pela criação de grandes empresas estatais, num contexto de dependência de mão-de-obra sazonal. De acordo com o relatório (CEA, 1983b: 22), em vez de dinamizar a transformação socialista da vida camponesa, esse impacto contribuiu para a consolidação de uma forte oposição ao Estado, por parte de todas as camadas do pequeno campesinato, em resultado da prévia socialização económica nos moldes capitalistas coloniais. Neste cenário, não deixou de estar implícita uma certa visão do Estado contra o campesinato, que veio mais tarde a ser desenvolvida por Bowen (2000).

ensino,<sup>30</sup> quer da investigação<sup>31</sup> – conduziu a um conjunto de mudanças nas formas de análise.

Em primeiro lugar surgiram inovações ao nível das técnicas de investigação utilizadas. Se o período colonial ficou associado à recorrência a inquéritos e a censos populacionais, com vista à inventariação da força de trabalho, o CEA ficou conhecido pela introdução de novidades metodológicas, de cariz qualitativo, destacando-se a análise de canções de trabalho, um novo enfoque conferido à utilização da entrevista ou até mesmo da fotografia, de cariz neo-realista<sup>32</sup> (por exemplo o trabalho neo-realista de Moira Forjaz,<sup>33</sup> publicado no *Mineiro Moçambicano*).

Em segundo lugar destaca-se uma preocupação em conferir voz a todos aqueles que haviam sido silenciados ao longo dos anos anteriores, e em torná-los parte mais activa no processo de construção do conhecimento. Mineiros, camponeses e assalariados agrícolas, estivadores do porto de Lourenço Marques, entre outros operários urbanos, saem do anonimato e amplificam-se as respectivas experiências, transcritas ao longo de artigos. Nos primeiros números da revista *Estudos Moçambicanos* foram publicadas canções de trabalho (Manghezi, 1980), entrevistas a mulheres (Manghezi, 1981) ou a vítimas de trabalho forçado (Head & Manghezi, 1980). A partir das experiências partilhadas pelos investigadores foi evidente uma vontade de “*Não vamos esquecer!*” (título do Boletim Informativo da Oficina de História), e de descobrir o mundo social do colonizado. Da parte de vários entrevistadores (José, 1987: 152) foi manifestada a tentativa de recuperação da memória dos trabalhadores, insistindo em questões como as condições de trabalho, o carácter repressivo e autoritário do poder colonial, assim como as estratégias de resistência.

Em terceiro lugar, assistiu-se a alterações ao nível da forma de organização do próprio processo de produção colectiva de conhecimento. O editorial do primeiro número da revista *Estudos Moçambicanos*, assinado por Ruth First (1980: 2), assume como “*princípio a rejeição da divisão de trabalho na produção de conhecimento característico da burguesia, e o departamentalismo e carreirismo académico, bem como o isolamento profissional que aquela divisão do trabalho gera*”. De uma pesquisa

30 Teresa Cruz e Silva (2002: 78) recorda que, no ensino superior, o ensino obrigatório de disciplinas de marxismo-leninismo, se desenvolvia num conflito entre o marxismo ortodoxo ministrado por professores da Europa de Leste – a quem os estudantes chamavam de “*marxismo histórico e diabólico*” quando se referiam ao materialismo histórico e dialéctico – e os esforços para introduzir um ensino mais aberto e mais ligado às realidades locais, que partia sobretudo de uma corrente de docentes moçambicanos.

31 Não obstante se terem vivido, no seio do CEA, “*momentos de tensão entre a liberdade da distância crítica e a obediência à linha político-ideológica ditada pelo partido único*”, assim como uma forte discussão interna a respeito de alguns conceitos chave do marxismo, o CEA não deixou de reflectir uma “*certa convicção triunfalista na capacidade de o marxismo produzir análises científicas ao serviço do processo revolucionário e capazes de neutralizar a ideologia burguesa que se lhe opõe*” (Santos, 2012: 31; 36). Entre investigadores moçambicanos predominava a perspectiva que o marxismo deveria partir de uma abordagem indutiva, a partir do próprio terreno.

32 A fotografia vinha já constituindo uma técnica de recolha de dados pela antropologia colonial, ainda que sobretudo preocupada em captar o etnográfico e autóctone, congelado na tradição, portanto a-histórico, ignorando-se hibridismos e transformações sociais.

33 Já na África do Sul destaca-se o trabalho de David Goldblatt e Nadine Gordimer, com fotos de trabalhadores das minas brancas, como capatazes, desenhadores, caldeiros, assim como de mineiros negros.

essencialmente individual, passa-se a valorizar um processo de produção de conhecimento maioritariamente colectivo (fruto de discussões e debates no centro), sem anular de forma absoluta a primeira. Refira-se que o trabalho dos investigadores era marcado pelos desafios da época de construção nacional e de transformação das condições sociais, conferindo-se aos respectivos estudos um carácter de urgência (Fernandes, 2012: 119-120).

## **O período neoliberal**

A estagnação da economia, o aumento da dívida externa, a guerra e destruição de infra-estruturas conduziram à derrocada do projecto socialista. Em 1984 inicia-se um novo período histórico, na sequência do IV Congresso do Partido Frelimo, do pedido de adesão de Moçambique ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e da implementação dos Programas de Acção Económica, durante os quais se desenharam as condições de transição para a economia de mercado. Os Planos de Reajustamento Estrutural adoptaram uma série de medidas como a desvalorização do metical, a liberalização dos preços e do comércio, a reunificação dos mercados paralelo e oficial, a redução de gastos públicos em subsídios ao consumo e às empresas estatais ou a diminuição dos investimentos e custos nas áreas da saúde e educação (Mosca, 2002: 138). Estas medidas constituíram a contrapartida do financiamento da crise por parte do FMI e do Banco Mundial, por intermédio de projectos de desenvolvimento ou da negociação da dívida. A transição para uma economia de mercado foi acompanhada por uma revisão de diversas leis e por um aumento do diálogo com investidores privados, bem como por uma reforma política, que se consagrou no fim do regime monopartidário, no aumento das liberdades individuais e na realização de eleições multipartidárias.

A liberalização da economia traduziu-se num processo de encerramento ou privatização de empresas públicas. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 sectores industriais inteiros – como o farmacêutico, plástico, vidro, têxteis, castanha de caju – foram à falência (Coughlin, 2005: 122), tendo como consequência o aumento do desemprego. A redução da capacidade do estado em oferecer serviços às comunidades e a contenção dos salários, entre outras medidas, afectaram sobretudo os grupos sociais mais vulneráveis, que encontraram no sector informal diversas oportunidades de sobrevivência. Por sua vez, muitos indivíduos com um nível de formação médio, impedidos de ingressar no emprego formal ou na função pública (devido às políticas de contenção do estado), viram-se na contingência de se tornarem empresários, oscilando entre o sector formal e informal da economia, em função das conveniências. Não obstante as dificuldades burocráticas, as deficiências das infra-estruturas, a má formação dos recursos

humanos, entre outros obstáculos, a partir de finais da década de 1980 o número de empresas constituídas não parou de crescer,<sup>34</sup> atraídas por oportunidades de negócio, frequentemente com o estado, e pela existência de baixos salários. A emergência do grande empresariado nacional esteve intrinsecamente associado à respectiva proximidade com os centros de decisão. Através de esquemas neopatrimoniais, diversas redes de poder acumularam capital por intermédio de créditos mal parados, de desvios financeiros do Orçamento Geral de Estado ou de processos fraudulentos como o caso do BCM e BPD.<sup>35</sup> Constatando que entre 1987 e 1997 todos os membros da Comissão Política da Frelimo estiveram directamente envolvidos na criação de actividades empresariais<sup>36</sup> ou integraram Conselhos de Administração, e analisando o processo de alienação de empresa estatais, Mira (2011: 9-13) caracterizou de “*centrifugo*” o processo de privatização em Moçambique. Temendo a mudança para uma economia de mercado, os membros da Frelimo no poder, que viam na privatização uma oportunidade de aquisição de riqueza, não deixaram de influenciar a orientação política do Governo, por intermédio daquilo que Pitcher (2003: 808) designou de “*preservação transformativa*”. A ausência de capital inicial foi compensada por facilidades de acesso ao estado, tendo a concorrência entre capital nacional e capital estrangeiro sido disfarçada, em parte, por alianças transnacionais, nomeadamente entre as burguesias estrangeiras e a “*classe-Estado*” (Tole, 1995: 223) moçambicana.

Neste cenário, assistiu-se a uma mudança dos discursos oficiais. Como explica Castel-Branco (2016: 151), de discursos socialistas assentes na “*libertação do homem e da terra*”, emergem novas visões assentes “*na possibilidade de os povos anteriormente colonizados se poderem tornar capitalistas*”, libertando-se dos bloqueios que o colonialismo representava para o desenvolvimento do capitalismo nacional. A partir da análise de discursos presidenciais, Chichava (2009) salienta a forma como surgiu, com alguma regularidade, a representação segundo a qual as pessoas são pobres por

34 Mira (2011: 8-9) constata 28 novas empresas em 1987, 265 em 1991, 380 em 1992, 396 em 1993, 416 em 1994 e 576 em 1997.

35 Uma das fontes bancárias de Carlos Cardoso (cf Fauvet & Mosse, 2003: 428) observou que o BCM lidava com “*a maior parte dos empréstimos do Banco Mundial ao sector privado e que as empresas simplesmente não pagaram os empréstimos. Cerca de 80% do dinheiro do Banco Mundial canalizado através do BCM estava agora classificado como crédito mal parado*”. Da mesma forma, o processo de privatização do Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) foi envolto em “*secretismo*” (Fauvet & Mosse, 2003: 391) e em processos fraudulentos. Rebaptizado de Banco Austral, o banco foi arruinado por uma hemorragia de créditos não pagos. Um antigo alto funcionário bancário referiu a Hanlon (27.09.2001: 5) que “*o Banco Austral era gerido politicamente. Havia crédito mal parado, letras de crédito sem cobertura, transferências de dinheiro para ministros e muitos favores pessoais*”.

36 De acordo com Mira (2011: 9-10), “*os membros do Comité Central (C.C) do 4.º Congresso aparecem em 99 empresas criadas entre 1987 e 1997; os membros do C.C do 5.º Congresso estão presentes em 112 empresas; os membros do C.C do 6.º Congresso constituíram 103 empresas; os membros do C.C do 7.º Congresso participam em 72 empresas*”. Por sua vez, os membros do Conselho de Ministros de 1987-1994 criaram 91 empresas e “*os membros do Conselho de Ministros de 1994-1999 aparecem com o seu nome implicado em cinquenta e seis novas empresas. Os generais têm uma presença empresarial constante, assim [como] altos quadros dos Serviços de Segurança*”. Da mesma forma, várias figuras do meio judicial são implicadas em negócios por intermédio de membros das suas famílias. Finalmente, “*os deputados de 1987-1994 criaram cento e dezoito empresas, e os deputados da Frelimo de 1994-1999 criaram oitenta e quatro empresas*”.



preguiça e por falta de amor ao trabalho, por falta de auto-estima ou de criatividade.<sup>37</sup> Num sistema neoliberal, no qual as elites dirigentes não revelam grande pudor ao nível da acumulação e exibição pública de capital, o trabalhador passa a ser incentivado a cumprir a sua função laboral (trabalhar), independentemente da possibilidade de sobrevivência e reprodução: “*o apelo em favor da Nação trabalhadora encobre o apelo laboral em favor da mais-valia do Capital*” (Serra, 01.10.2010). Trata-se, por outro lado, de uma representação que rompe com o discurso segundo o qual a África é pobre por causa do colonialismo e do imperialismo, que não deixa de procurar atrair simpatias do Ocidente e das agências de ajuda internacional (Chichava, 2009: 12-13).

Como noutros países do continente, a imposição de uma agenda neoliberal ao Governo moçambicano e a consequente reforma institucional, exerceram implicações profundas sobre a universidade (Silva, 2012: 79). Já no novo milénio, multiplicam-se as instituições de ensino superior privadas, agora guiadas pelas lógicas do mercado, em prejuízo da respectiva autonomia científico-pedagógica e colocando em risco as liberdades académicas. O ensino passa a caracterizar-se pela cisão entre ensino e pesquisa, pelo aumento exponencial de ingressos, sem investimento em infra-estruturas adequadas e crescimento qualitativo e quantitativo do corpo docente. Os novos quadros acabam por ser um resultado deste cenário: mais do que produzir conhecimento limitam-se a difundir-lo. Os mercados enchem-se de livros técnicos nas áreas de gestão de recursos humanos, produzidos em contextos Ocidentais, que chegam a Moçambique através de editoras portuguesas ou brasileiras, transmitindo conhecimentos produzidos noutros contextos socio-históricos, por vezes de aplicação discutível às realidades locais. Pelas inúmeras instituições de ensino superior proliferam licenciaturas nas áreas de gestão de recursos humanos, bastante direccionadas para questões de eficiência e eficácia organizacional, e não tanto para a compreensão sociológica dos fenómenos laborais. Nas monografias de licenciatura e nas dissertações de mestrado multiplicam-se análises relacionadas com a liderança e motivação, com a avaliação de desempenho ou com o recrutamento e selecção, na expectativa de irem ao encontro de necessidades de empregadores, particularmente empresas multinacionais e organizações não-governamentais.

Por sua vez, o aparecimento de toda uma indústria de desenvolvimento acaba por ter um conjunto de consequências sobre a pesquisa: por um lado, retira os melhores recursos humanos às universidades, incapazes de pagar salários competitivos. Por outro lado, ao invés de criarem, enquanto investigadores, as respectivas problemáticas, os

---

37 A temática do amor ao trabalho e do combate à preguiça tem sido incorporada no discurso político moçambicano. O programa do Partido Frelimo (aprovado pelo IX Congresso, em Novembro de 2005) refere inclusive que “*o esforço da mudança deve centrar-se*”, entre outros aspectos, “*no enraizamento da cultura de trabalho e auto-estima dos moçambicanos*”. Esta desafeição pelo trabalho resulta, segundo o então chefe de estado (cf Chichava, 2009: 10), de um *deficit* de socialização, pelo que Guebuza defendia a introdução nos *curricula* das escolas primárias de matérias que incitassem as crianças a terem amor pelo trabalho e que privilegiassem o saber-fazer à teoria. Falando à margem das celebrações do Dia do Trabalhador (AIM, 03.05.2010), também a então Ministra moçambicana do Trabalho, Helena Taipo, afirmou que “*o trabalhador moçambicano deve deixar de reclamar e dedicar-se ao trabalho, porque só com o trabalho aumentaremos a produção e a produtividade*”.

consultores passam a adoptar modelos e problemáticas definidas por outros. Muitos (pós-)graduados oscilam por várias áreas de conhecimento (em torno das temáticas da moda, como “empreendedorismo”, “empoderamento”, “boa governação”), em função de agendas e oportunidades de financiamento e em prejuízo do aprofundamento de conhecimentos e da constituição de uma carreira profissional sólida e coerente.

Neste cenário neoliberal emergem múltiplas abordagens em torno do tema do trabalho, tornando-se complexo definir, de forma estanque, um único paradigma de análise. De qualquer das formas, é possível identificar um conjunto de três tendências dominantes: a multiplicação de abordagens de cariz prescritivo e assentes na gestão; o surgimento de estudos culturalistas em torno do empreendedor local; e as análises centradas nas assimetrias na distribuição de recursos de poder e nas consequentes tensões laborais, num cenário de penetração do capital.

Num cenário neoliberal, sujeito aos imperativos do mercado, a ciência adquire uma dimensão mais aplicada. Quer de trabalhos de consultoria, quer de investigações de (pós-)graduação, resultam algumas publicações relacionadas com a liderança, com a avaliação de desempenho ou com o clima ou identidade organizacional (Levieque, 2007, 2011; Moreira & Laisse, 2008), onde uma das principais preocupações se relaciona com o aumento da eficácia e modernização de processos de trabalho.<sup>38</sup> Num cenário de aumento do investimento externo, grande parte da literatura utilizada procura reproduzir um conjunto de conceitos (“*coaching*”, “*capital humano*”, “*capacitação*”, etc.), de técnicas e “*boas práticas*” desenvolvidas noutros contextos socio-históricos, em cenários moçambicanos, bem menos meritocratas e assentes em lógicas clientelistas e neo-patrimoniais e, portanto, de discutível aplicação.<sup>39</sup>

Já no campo das ciências sociais, um segundo conjunto de abordagens centra-se na temática do empreendedorismo. De facto, o crescimento urbano insustentado, os problemas de desemprego e a precariedade da economia urbana têm suscitado uma nova corrente de investigações a propósito daquilo que a Organização Internacional do Trabalho designou de sector informal. De uma forma geral, passou-se a conferir um particular enfoque ao mundo das pequenas e microempresas africanas, dos pequenos empresários informais, inclusive das mulheres<sup>40</sup> (Piepoli, 2008; Lopes,

38 Trata-se de um saber reproduzido por uma nova elite moçambicana, escolarizada e viajada, que se auto-afirma como moderna, “*dentro de uma nação que, segundo ela, o não é*” (Sumich, 2008), reproduzindo desta forma, perante os pares, o respectivo poder, reconstituindo uma promessa de progresso e afirmando-se como o grupo detentor das capacidades necessárias para a sua concretização.

39 Como explica Luís de Brito (2011: 14), “*nos tempos actuais, são muitos os modelos que nos chegam em todos os campos, da política à economia, e nos são impostos, ou talvez sejamos nós que nos impomos por preguiça e falta da capacidade de reflexão sobre os problemas*”.

40 Piepoli (2008) releva a influência da crise alimentar que se viveu a partir da década de 1980 na entrada de muitas mulheres em actividades empreendedoras, para resolução dos problemas económicos das suas famílias. Numa primeira fase, foi precisamente no sector alimentar que, fazendo uso de um conjunto de competências nesse domínio, as mulheres apostaram na preparação de alimentos cozinhados para vender. Numa segunda fase, as mulheres começaram a ponderar a possibilidade de se especializarem no tráfico de produtos agrícolas, que seriam fornecidos às mulheres cozinheiras. Como explica a autora, é neste contexto que nos inícios da década de 1980 aumentou substancialmente o número de *dumbanengues* (mercados informais insalubres) em Maputo.

2014), onde se procura destacar a singularidade dos modos de gestão, pelo menos por comparação com empresas ocidentais (Feliciano, 1996; Gomes, 2004; Fonseca-Stater, 2008; Feliciano, 2008). Por um lado, enfoca-se o carácter paternalista<sup>41</sup> das práticas de gestão de recursos humanos. Por outro lado, a empresa é analisada como um sistema aberto e em estreita relação com o seu meio local, nomeadamente com os circuitos políticos, com as confissões religiosas e com a família alargada (Lopes, 2000; Gomes; 2008; Feijó, 2010a). Nestas perspectivas, o sucesso da empresa moçambicana reside, precisamente, no sucesso das relações estabelecidas com o meio local, capitalizáveis para fins económicos, propondo-se de alguma forma uma extensão dos conceitos de racionalidade weberiana.

Num cenário de forte penetração capitalista, e com todas as consequências daí inerentes em termos de produção de exclusão, uma outra abordagem focaliza-se nas assimetrias de recursos de poder existentes em contextos organizacionais (em termos de recompensas económicas e não económicas), assim como nas tensões e conflitos daí resultantes. Feijó (2010b, 2011b, 2015) discute a influência da cultura e das desigualdades salariais na estruturação das relações entre chefias e empregados em Maputo, concluindo que fortes assimetrias sociais se traduzem em fenómenos de conflitualidade surda, ainda que práticas de gestão paternalistas funcionem como amortecedores sociais (Gomes, 2004; Feijó, 2010a). Com recurso à metáfora do jogo, constata-se a existência de estratégias dinâmicas de relacionamento laboral, pautadas por alianças voláteis, assim como híbridas situações de cooperação e conflito, num cenário de medo e de incerteza. A partir da análise dos trabalhadores moçambicanos numa cadeia de supermercados, Miller (2006) analisa processos de confrontação mais assertivos da parte dos trabalhadores moçambicanos e Lopes (2006) aborda os conflitos laborais no sector da construção civil. Na mesma perspectiva, Bukenburg (2012) foca as assimetrias salariais nas empresas chinesas em Moçambique e, numa abordagem antropológica, Nielsen (2012) centra-se nas práticas de pagamento salarial, nas reduzidas possibilidades de consumo ou de transmissão de conhecimentos. A temática do risco e da segurança no trabalho tem merecido também atenção, nomeadamente na fundição de alumínio Mozal (Granja, 2003) ou na empresa açucareira de Xinavane (O’Laughlin & Ibraimo, 2013).

Neste tipo de análises não deixam de se questionar as noções do moçambicano preguiçoso. O’Laughlin (2016) constata a omnipresença desta representação social por parte de moçambicanos em posições de autoridade – entre os quais gestores de empresas agrícolas, sindicalistas e funcionários de autarquias –, frequentemente para explicar maus resultados económicos ou conflitos laborais. Por sua vez, Feijó

---

<sup>41</sup> O termo paternalismo é utilizado como metáfora para compreender as relações entre empregadores e empregados através das relações entre pais e filhos. O conceito procura demonstrar a transformação das relações de autoridade e de exploração, orientadas sob o imperativo do regulamento e do lucro, em relações éticas e afectivas, onde predomina o sentimento de dever para com um protector (Feijó, 2010a).

(2011b) propõe que a alegada inércia moçambicana se relaciona, frequentemente, com um conjunto de estratégias adoptadas pelos trabalhadores, quer com o objectivo de rentabilizar a relação esforço-benefício, quer como forma de reacção a situações de baixos salários ou de assimetrias na distribuição de recursos de poder. A alegada “preguiça” moçambicana não deixa de constituir uma estratégia de resistência passiva, num contexto entendido como não meritocrata, socialmente injusto e, inclusivamente, preconceituoso. Na linha de Abudu (1986: 34), e considerando-se a diferença entre as atitudes dos trabalhadores assalariados e o dinamismo evidenciado pelos empreendedores africanos, sobretudo no contexto informal, propõe-se um exame mais cuidado das assunções de preguiça africana.

## **É preciso que tudo mude, para que tudo fique como está: considerações finais**

A implementação dos grandes projectos coloniais, num contexto de reduzida mecanização, só foi possível através do recrutamento de grandes quantidades de mão-de-obra barata. Porém, as condições contratuais oferecidas – quer em termos salariais, quer em termos de segurança socioprofissional – não eram particularmente atractivas para muitas populações, quer por comparação com os contextos de origem, quer por comparação com as colónias vizinhas. Tal como noutras zonas do globo, a incapacidade dos capitalistas de compreender as relutâncias locais traduziu-se no desenvolvimento de imagens sociais assentes na noção de preguiça, tão ou mais evidentes quando se frustravam as expectativas de oferta voluntária de mão-de-obra. Economicamente em concorrência com formas de capital mais poderosas e mais bem estabelecidas, a burguesia colonial só poderia assegurar a sua posição através da expansão e institucionalização do trabalho obrigatório, quer através da venda forçada de trabalho, quer através do cultivo forçado de culturas de rendimento. Neste cenário, assistiu-se a uma forte racionalização do processo produtivo. Sob um ideal lusotropicalista, o trabalho era representado como símbolo de progresso e de assimilação aos costumes portugueses, tendo a parca produção científica estado ao serviço dos interesses coloniais.

Após a independência, a empresa privada passou a ser representada como um local de acumulação da burguesia, de exploração do trabalhador e de produção de desigualdades. Neste cenário, o Estado procurou assumir-se como o motor da economia e colectivizou grande parte dos meios de produção, constituindo empresas públicas e cooperativas de trabalhadores. Porém, o aumento do desemprego ou a extrema dependência da economia moçambicana em relação ao trabalho migratório e sazonal, tiveram como consequência a repetição de práticas coloniais, ao nível do recrutamento laboral compulsivo, de deslocações forçadas ou de restrições à

mobilidade populacional. Estas práticas não deixaram de continuar assentes em ideias modernas e puritanas, por exemplo ao nível da reprovação social do “*improdutivo*”. No que respeita à produção de conhecimento, assistiu-se a uma alteração das formas de análise, procurando-se reelaborar uma economia política de Moçambique no contexto da África Austral. O fenómeno do trabalho passou a ser compreendido dentro de um problema mais vasto, que era o das formas de acumulação do capitalismo sul-africano e colonial. Numa perspectiva marxista, os fenómenos sociais passam a ser interpretados num contexto de antagonismo social, assente em contradições de classe e num cenário capitalista e de exploração.

Se durante o período de inspiração marxista, a empresa privada era representada como um local de exploração da classe proletária, com a liberalização da economia passou a ser representada como o motor do progresso socioeconómico. Tal como noutros países africanos (ainda que em Moçambique com um carácter mais tardio), forma-se uma classe empresarial nacional, frequentemente em aliança com o capital estrangeiro, próxima dos centros de decisão e que tem, normalmente, o Estado como principal parceiro económico. Sob a égide de um discurso nacionalista, assiste-se a um processo de expropriação do Estado e à formação de uma “burguesia” nacional. Neste cenário reciclaram-se os anteriores discursos, passando-se a explicar a pobreza e a exclusão, não tanto a partir das condições de produção existentes, mas a partir da preguiça, da falta de iniciativa ou da falta de amor ao trabalho, independentemente das condições sociais. Apresentando-se em continuidade com as representações dominantes no período colonial, as novas imagens sobre o “relaxamento” ou a “indolência” moçambicana continuam a ignorar todo um conjunto de aspectos relacionados com as condições motivacionais dos trabalhadores em contexto de assimetria e precariedade salarial, com as racionais tentativas de recuperação do controlo de ritmos de trabalho ou com a definição de estratégias de compensação salarial. Trata-se de representações sociais emitidas sobretudo pelos próprios detentores dos meios de produção (Feijó, 2015), que explicam não tanto os fenómenos de pobreza e de exclusão, mas sobretudo os respectivos interesses e posições de classe. A representação da alegada “*preguiça moçambicana*” – partilhada por governantes e líderes empresariais, de forma directa ou camuflada – não deixa de se inserir em propósitos de acumulação, num quadro de relações económicas capitalistas. Como referiam Marx & Engels (1984: 65), os grupos que controlam os meios de produção material dispõem, por inerência, dos meios de produção mental, compelindo os restantes membros da sociedade a adoptar o modo de produção capitalista – ainda que de cariz rendeiro (Yates, 1996: 32-36) ou patrimonial (Fauré & Médard, 1995: 295) –, consonante com os seus interesses de classe.

Ao nível da produção de conhecimento académico, se até meados da década de 1980 os analistas se centraram em questões de política macroeconómica e no impacto

de grandes projectos estatais, ou na formação e exploração da classe operária africana, com a liberalização dos mercados, inúmeras atenções se orientaram para a análise da empresa africana. Surgem também alguns trabalhos na área do empreendedorismo e da formação de empresários, quer ao nível das elites africanas, quer das microempresas do sector informal. Se diversas análises se centram em questões técnicas e assentes na preocupação de eficácia organizacional – frequentemente pensadas em contextos meritocratas e de complexa adaptação a contextos locais – outras procuram compreender as especificidades dos empresários moçambicanos, assim como o complexo relacionamento com as suas redes comunitárias. Um outro conjunto de reflexões centra-se não tanto na noção de inoperância ou de falta de produtividade, mas nas assimetrias de recursos de poder e nas habilidosas estratégias de gestão de recursos, para proveito pessoal. A inoperância dos actores esconde, na verdade, um conjunto de estratégias proactivas e racionais, ainda que diferentes da racionalidade da organização, propondo-se desta forma uma reanálise das assunções da preguiça africana.

Importa, por fim, realizar um conjunto de quatro considerações: Apesar das inúmeras referências realizadas ao longo deste texto, refira-se que, exceptuando um conjunto de notáveis investigações, em Moçambique nunca existiu uma produção de conhecimento massiva e sistemática em torno de temáticas relacionadas com o trabalho ou com os estudos organizacionais. Uma herança colonial marcada pelo analfabetismo, a ausência de recursos financeiros, a má gestão de recursos, a existência de outras prioridades, uma guerra de 16 anos e, mais recentemente, a inexistência de mecanismos que incentivem a pesquisa, completam um quadro pouco estimulante para a produção de conhecimento. Por outro lado, as organizações constituem, geralmente, sistemas fechados e, portanto pouco receptivas à realização de estudos nas áreas de ciências sociais. Contudo, esse secretismo tende a ser agravado em contextos de maior assimetria de distribuição de recursos de poder (e, portanto, conflituais) ou onde as estratégias organizacionais assentam em relações clientelistas com os centros de decisão, como é o caso moçambicano.

Em segundo lugar, não obstante a existência de um período revolucionário, durante o qual se ensaiaram tentativas de modernização do país sob moldes socialistas – em termos de colectivização dos meios de produção, de centralização dos processos de planificação, ou ao nível da organização do trabalho –, a realidade é que se assistiu a uma continuidade, até à actualidade, de um modo de produção capitalista.

Em terceiro lugar, foi possível constatar que as representações sobre a alegada preguiça moçambicana remontam ao final do séc. XIX, tendo-se prolongado até à actualidade, de forma relativamente contínua e com maior visibilidade nos períodos de maior penetração de capital ou de implementação de projectos modernizadores. Nestes períodos tenderam a recuperar-se representações pejorativas relacionadas com a “*má vontade*”, a “*preguiça*” ou a “*improdutividade*”, que se foram procurando corrigir

através de métodos mais ou menos autoritários. A predominância destas categorias mentais reflecte a permanência de um modo de produção capitalista, não obstante a existência de uma curta experiência revolucionária.

De qualquer das formas, as mudanças dos sistemas político-económicos foram acompanhadas por transformações nos próprios centros de formação e de pesquisa, introduzindo-se novos paradigmas de análise. A produção de conhecimento não deixou de estar envolvida em fenómenos de luta e de conflito entre paradigmas,<sup>42</sup> cujas lógicas por vezes se assemelham aos conflitos entre os partidos políticos. Os centros de pesquisa constituem sistemas sociais de produção de conhecimento, em relação com os contextos externos, nomeadamente com as estruturas políticas, com o mercado ou com agências financiadoras.

## Referências

- Abudu, F. (1986). “Work attitudes of Africans”. *ISMO* 16, pp. 17-36.
- Bowen, M. (2000). *The State against the Peasantry*. Virginia: University Press of Virginia.
- Brito, L. (1980). “Dependência colonial e integração regional”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 23-32.
- Brito, L. (2009). “Discurso político e pobreza em Moçambique – uma análise de três discursos presidenciais”. In *II Conferência IESE Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique*, pp. 1-18 disponível em [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II\\_conf/GrupoIV/Dsicurso\\_Politico\\_LBRITO.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/GrupoIV/Dsicurso_Politico_LBRITO.pdf), consultado a 10.03.2017.
- Brito, L. (2011). “Por uma sociologia sem fronteiras – O exemplo de “O Mineiro Moçambicano”. Aula pública de sociologia organizada pela associação moçambicana de sociologia, disponível em [http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2011/Aula\\_Publica\\_LB.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2011/Aula_Publica_LB.pdf), consultado a 13.03.2017.
- Bunkenborg, M. (2012). “Será tudo parte de um grande plano? Encontros etnográficos com os chineses em Moçambique”. In Sérgio Chichava & Chris Alden *A Mamba e o Dragão – relações Moçambique-China em Perspectiva*. Maputo: IESE/SAIIA, pp. 81-98.
- Castel-Branco, C. (2016). “Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação do capital”. In L. Brito; C. N. Castel-Branco; S. Chichava; S. Forquilha; A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 255-267.
- CEA – Centro de Estudos Africanos (1983a). *Organizar os trabalhadores nas machambas estatais: o caso do CAIA – relatório nº 83/1*. Maputo: Centro de Estudos Africanos
- CEA – Centro de Estudos Africanos (1983b). *Famílias camponesas de Angónia no processo de socialização do campo – relatório nº 83/2*. Maputo: Centro de Estudos Africanos

---

42 Numa interpretação sociopolítica da produção do conhecimento, Thomas Kuhn (1962) considera que o trabalho do cientista exprime uma adesão muito profunda a um paradigma teórico. Cada paradigma implica a existência de esquemas teóricos, conceptuais e metodológicos, aceites por todos aqueles que partilham essa forma de olhar. Reforçando o pensamento de Kuhn, Lakatos (1999) considera que qualquer paradigma de investigação concebe um “núcleo duro”, irrefutável pelos respectivos investigadores. O autor húngaro utiliza o conceito de “*cintura protectora*” para exprimir um compromisso (inconscientemente) estabelecido pela comunidade para, ao longo das suas investigações, não introduzir falsificações que perturbem a ordem do paradigma. As teorias de Kuhn e Lakatos não deixam de se inserir, elas próprias, num paradigma científico que envolve um compromisso por parte dos seus seguidores.

- CEA – Centro de Estudos Africanos (1998). *O Mineiro Moçambicano – um estudo sobre a exploração de mão-de-obra em Inhambane*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Chichava, S. (2009). “Por que Moçambique é pobre?” – uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza”. In *II Conferência IESE Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique*, pp. 1-21, disponível em [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II\\_conf/CP19\\_2009\\_Chichava.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP19_2009_Chichava.pdf), consultado a 10.03.2017.
- Copans, J. (1975). *Anthropologie et Impérialisme*. Paris: Maspero.
- Coughlin, P. (2005). “Globalização, Imperativos Tecnológicos e Relações de Trabalho em Moçambique”. In Peter Coughlin (Org.) *Relações Laborais em Moçambique – Lei, Prática e Implicações Económicas incluindo Comparações Internacionais*. Maputo: EconPolicy Research Group, Lda., pp. 122-224.
- Darch, C. (1981). “Trabalho migratório na África Austral: um apontamento crítico sobre a literatura existente”. In *Estudos Moçambicanos*, 3, pp. 81-96.
- Fauré, Y. & Médard, J. (1995). “L’État-business et les politiciens entrepreneurs. Néo-patrimonialisme et Big-Men: économie et politique”. In Stephen Ellis & Yves-A. Fauré, *Entreprises et entrepreneurs africains*. Paris: Karthala, pp. 289-310.
- Fauvet, P. & Mosse, M. (2003). *É proibido pôr algemas nas palavras – Carlos Cardoso e a revolução moçambicana*. Maputo: Ndjira.
- Feijó, J. (2010a). “Relations with people and relations with things – management of Human resources in African companies”. In *Werkwinkel, Journal of Low Countries and South African Studies*, 5 (1). Poznan, Poland: Department of Dutch and South African Studies of the School of English and Adam Mickiewicz University, pp. 73-90.
- Feijó, J. (2010b). “Relações sino-moçambicanas em contexto organizacional – um estudo de empresas em Maputo”. In Carlos Serra (Dir.) *A Construção Social do Outro – perspectivas cruzadas sobre estrangeiro e moçambicanos*. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, pp. 245-316.
- Feijó, J. (2011a). “Biscates, boladas e manobras – estratégias de compensação salarial de trabalhadores moçambicanos em Maputo”. In Cristina Maneschy, Ana Gomes e Ida Gonçalves (Orgs) *Nos dois lados do Atlântico: trabalhadores, organizações e sociabilidades*. Belém: Editora Paka-Tatu, pp. 95-112.
- Feijó, J. (2011b). “Eles fingem que nos pagam, nós fingimos que trabalhamos – resistência e adaptação de trabalhadores moçambicanos em Maputo”. In *Estudos Moçambicanos*, 22, pp. 245-316.
- Feijó, J. (2015). *Orientações culturais e recursos de poder – relações laborais em Maputo*. Maputo: Alcance Editores.
- Feijó, J. (2016). “(Re)inventando o inimigo do povo – a importância da realidade oculta no pensamento ideológico”. In C. Serra (org) *O que é Ideologia?* Maputo: Escolar Editora, pp. 95-117.
- Feliciano, J. (1996). “Empresários e memória social: Percursos em Moçambique 1983/93”. In *Economia Global e Gestão* 2, pp. 23-44.
- Feliciano, J. (2008). “Vinte anos de empresariado em Moçambique (1983-2004)”. In José Fialho Feliciano e Guilherme Fonseca-Statter (Coords) *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, pp. 5-25.
- Fernandes, C. (2012). “Actualidade, urgência e colectivo na emergência de um novo campo do saber em Moçambique: o caso do CEA (1976-1986)”. In Teresa Cruz e Silva; João Paulo Borges Coelho; e Amélia Neves de Souto (Org.) *Como fazer ciências sociais e*



- humanas em África – questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: Codesria, pp. 109-124.
- First, R. (1980). “Editorial: subdesenvolvimento e trabalho migratório”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 2-8.
- Fonseca-Statter, G. (2008). “Do Empreendedorismo ao Empresariado – Da revolução industrial à África Sub-Sahariana Pós-Colonial”. In José Fialho Feliciano e Guilherme Fonseca-Statter (Coords) *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, pp. 26-65.
- FRELIMO (1979). Xiconhoca – O inimigo. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO” well after “Fonseca-Statter, G. (2008)”.
- Gomes, A. (2004). *A lógica do afecto – discussão em torno das linhas de força da gestão de recursos humanos nas empresas portuguesas em Moçambique*. Dissertação de Doutoramento em Gestão de Recursos Humanos. Lisboa: Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Gomes, A. (2008). “Gestão Recriada em Moçambique – o caso da Propesca na Beira”. In José Fialho Feliciano e Guilherme Fonseca-Statter (Coords) *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, pp. 156-185.
- Granjo, P. (2003). “A mina desceu à cidade: memória histórica e a mais recente indústria moçambicana”. In *Etnográfica*, 7 (2), pp.403-428.
- Head, J. (1980). “A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 53-72.
- Head, J. & Manghezi, A. (1980). “Entrevistas – o trabalho forçado por quem o viveu: entrevistas”. In *Estudos Moçambicanos*, 2, pp. 27-36.
- Hedges, D. (Coord) (1999). *História de Moçambique, Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- Isaacman, A. (1991). “Camponeses, trabalho e processo de trabalho: o cultivo forçado de algodão em Moçambique colonial (1938-1961)”. In Alexandrino José e Paula Meneses (Org.) *Moçambique – 16 anos de Historiografia*. Maputo: Colecção Painel Moçambicano, pp. 195-237.
- José, A. (1987). “O operariado moçambicano e a sua história: problemas e perspectivas a partir de um estudo de caso sobre os estivadores do porto comercial de Maputo”. In *Arquivo*, 2, pp. 144-162.
- Kuhn, T. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: Univ. Of Chicago.
- Lakatos, I. (1999). *Falsificação e Metodologia dos Programas de Investigação Científica*. Lisboa: Edições 70.
- Leclerc, G. (1972). *Anthropologie et Colonialisme: Essai sur l'Histoire de l'Africanisme*. Paris: Fayard.
- Levieque, A. (2007). *Gerir Recursos Humanos é gerir mudanças*. Maputo: Ndjira.
- Levieque, A. (2011). *Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública em Moçambique*. Maputo: Ndjira.
- Lopes, M. (2000). *O papel dos valores e crenças africanas no tempo de trabalho circular, nas estratégias, na negociação das diferenças entre operários e dirigentes no corredor de Maputo*. Tese de Doutoramento em Administração. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Lopes, M. (2006). *Os empresários da Construção Civil e as Relações de Trabalho*. Maputo: Imprensa Universitária.

- Lopes, M. (2014). *Desenvolvimento de empreendedoras em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora.
- Machel, S. (1976a). “Produzir é aprender, aprender para produzir e lutar melhor”. In *Colecção “Estudos e Orientações”*, caderno nº 1. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO.
- Machel, S. (1976b). “Produzir é um Acto de Militância”. In *Colecção “Estudos e Orientações”*, caderno Nº8. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO.
- Manghezi, A. (1980). “A voz do mineiro: entrevistas e canções”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 77-90.
- Manghezi, A. (1981). “A mulher e o trabalho”. In *Estudos Moçambicanos*, 3, pp. 45-56.
- Manghezi, N. (2007). *Amizade traída e recuperada – O ANC em Moçambique (1976-1990)*. Maputo: Promédia.
- Marx, K. & Engels, F. (1984). *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante.
- Marx, K. & Engels, F. (2001). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- Miller, D. (2006). “Spaces of resistance’ – African workers at Shoprite in Maputo and Lusaka”. In *African Development*. 31 (1), pp. 27-49.
- Mira, F. (2011). “Os Corredores do Poder nas Elites Moçambicanas (1987-1994)”. Comunicação apresentada na Conferência Prevenção e Resolução de Conflitos em África, Instituto de Defesa Nacional, 10 a 12 de Outubro.
- Moreira, L. & Laisse, S. (2008). *Identidade Organizacional – um diferencial para a competitividade das empresas moçambicanas*. Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Mosca, J. (2002). *Encruzilhadas de África – ênfase para os PALOP*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Nielsen, M. (2012). “Como não construir uma estrada: uma análise etnográfica dos efeitos socio-económicos de um projecto chinês de construção de infra-estruturas em Moçambique” in Sérgio Chichava & Chris Alden *A Mamba e o Dragão – relações Moçambique-China em Perspectiva*. Maputo: IESE/SAIIA, pp. 61-80.
- O’Laughlin, B. (2016). “Produtividade agrícola, planeamento e cultura do trabalho em Moçambique”. In L. Brito; C. N. Castel-Branco; S. Chichava; S. Forquilha; A. (orgs). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 255-267.
- O’Laughlin, B. & Ibraimo, Y. (2013). “A expansão da produção de açúcar e o bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais em Xinavane e Magude”. In *Cadernos IESE*, 12 pp. 1-90, disponível em [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad\\_iese/CadernosIESE\\_12p.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12p.pdf), acedido a 28.03.2017.
- Penvenne, J. (1993). *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Piepoli, S. (2008). “Empreendedorismo no feminino: os percursos de negociantes informais de Maputo”. In José Fialho Feliciano e Guilherme Fonseca-Statter (Coords) *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, pp. 253-276.
- Quembo, C. (2012). “O poder do poder: Operação produção (1983) e a produção dos ‘improdutivos’ urbanos no Moçambique pós-colonial”. In *Cadernos de História de Moçambique*, 1, pp.65-81, disponível em <http://www.flcs.uem.mz/images/chist/CQuemboCdhM20121.pdf> acedido a 21/10/2016.
- Quembo, C. (2017). *Poder do Poder – Operação Produção e a invenção dos “improdutivos” urbanos no Moçambique socialista, 1853-1988*. Maputo: Alcance Editores.

- Rosas, F. (2001). “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. In *Análise Social*, 157: pp. 1031-1054.
- Santos, B. (2012). “Aquino de Bragança: criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul”. In Teresa Cruz e Silva; João Paulo Borges Coelho; e Amélia Neves de Souto (Org.) *Como fazer ciências sociais e humanas em África – questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: Codesria, pp. 13-61.
- Serra, C. (1980). “O capitalismo colonial na Zambézia 1855-1930”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 33-52.
- Serra, C. (1995). *De la gestion des corps à la gestion des mentalités en Zambézia, Mozambique (1890/1983): rapport de domination, conformisme et déviance politiques, Thèse de doctorat en sociologie*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Silva, T. (2012). “Aquino de Bragança e as reflexões e respostas sobre a produção do conhecimento e as ciências sociais em África: Moçambique, lições aprendidas, lições esquecidas?”. In Teresa Cruz e Silva; João Paulo Borges Coelho; e Amélia Neves de Souto (Org.) *Como fazer ciências sociais e humanas em África – questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: Codesria, pp. 75-83.
- Sumich, J. (2008). “Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana”. In *Análise Social*, 43, pp. 319-345.
- Thomaz, O. (2002). *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Tole, J. (1995). *Moçambique, Educação e Formação da Classe Estado, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos*. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Tullner, M. (1991). “Apontamento sobre a greve de 1917 no porto de caminho-de-ferro de Lourenço Marques”. In *Arquivo*, 9, pp. 45-58.
- Vail, L. & White, L. (1980) *Capitalism and Colonialism in Mozambique*. London: Heinemann.
- Wuyts, M. (1980). “Economia política do colonialismo português em Moçambique”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 9-22.
- Wuyts, M. (1983). “Sul do Save: estabilização e transformação da força de trabalho”. In *Estudos Moçambicanos*, 3, pp. 33-44.
- Yates, D. (1996). *The Rentier State in Africa – Oil Rent Dependency and neo-colonialism in the Republic of Gabon*. Trenton: Africa World Press.

#### **OUTRAS FONTES:**

- AIM (03.05.2010) “1 de Maio: o trabalhador moçambicano deve deixar de reclamar”. In *A Verdade*, acessado em <http://www.verdade.co.mz/destaques/nacional/1-de-maio-o-trabalhador-mocambicano-deve-deixar-de-reclamar.html> consultado em 20.10.2010
- Hanlon, J. (27.09.2001) “Matando a Galinha dos Ovos de Ouro (7) – Quem ia ficar com o Banco Austral?”. In *Metical*, nº 1080, pg. 5.
- Serra, C. (01.10.2010) “*Os Moçambicanos são preguiçosos? (14)*” disponível em <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2010/10/os-mocambicanos-sao-preguiçosos-13.html>, acessado a 21.10.2010.